



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

Subsecretaria Jurídica
Núcleo de Assessoria Técnica em Ações de Saúde

PARECER TÉCNICO/SES/SJ/NATJUS Nº 5223/2024

Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 2024.

Processo nº 0183916-29.2023.8.19.0001,
ajuizado por



Trata-se de Autora, 38 anos de idade, gestante, com diagnóstico de **púrpura trombocitopênica idiopática** (CID-10: D69.3) há 10 anos, em uso de **eltrombopague olamina** 75mg/dia (**eltrombopague olamina 25mg** – 1 comprimido na parte da manhã e **eltrombopague olamina 50mg** – 1 comprimido na parte da manhã) – fl. 81 e 82.

O medicamento pleiteado **eltrombopague olamina** apresenta registro válido na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e **está indicado**² no tratamento da *púrpura trombocitopênica idiopática*.

O tratamento da **Púrpura Trombocitopênica Idiopática (PTI)** no SUS é orientado pelo **Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas (PCDT)** da doença¹, publicado pelo Ministério da Saúde por meio da Portaria nº 9, de 31 de julho de 2019, no qual o medicamento **eltrombopague olamina** perfaz o **Grupo 1B**² de financiamento do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica (CEAF) e **está indicado no tratamento de pacientes com doença refratária**.

O PCDT recomendou que os pacientes com PTI refratária sejam inicialmente tratados com **azatioprina ou ciclofosfamida**, tendo em vista a maior experiência com seu uso e com o controle dos efeitos adversos. E, na ocorrência de falha terapêutica, os pacientes devem ser tratados com **eltrombopague**³.

O **eltrombopague olamina**, nas doses de **25mg** e **50mg**, **é fornecido** pela Secretaria de Estado de Saúde do Estado do Rio de Janeiro (SES/RJ), por meio do CEAF, aos **pacientes que perfazem os critérios de inclusão** do referido PCDT.

Contudo, mantém assim informação prestada em documento à folha 55, **não** é possível avaliar por meio dos documentos médicos se a Autora apresenta doença refratária, tampouco se já foi tratada com os demais medicamentos preconizados pelas diretrizes do SUS antes do início do **eltrombopague**.

Em consulta ao Sistema Nacional de Gestão da Assistência Farmacêutica (Hórus), verificou-se que nunca houve solicitação de cadastro pela parte Autora no CEAF para o recebimento desse medicamento.

Caso a Autora apresente os critérios de inclusão do PCDT-PTI para o recebimento do medicamento **eltrombopague**, ela deverá solicitar cadastro no CEAF

¹ BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria Conjunta nº 9, de 31 de julho de 2019. Aprova o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas da Púrpura Trombocitopênica Idiopática. Disponível em: < https://www.gov.br/conitec/pt-br/midias/protocolos/pcdt_purpuratrombocitopenicaidiopatica.pdf >. Acesso em: 12 dez. 2024.

² **Grupo 1B** - medicamentos financiados pelo Ministério da Saúde mediante transferência de recursos financeiros para aquisição pelas Secretarias de Saúde dos Estados e Distrito Federal sendo delas a responsabilidade pela programação, armazenamento, distribuição e dispensação para tratamento das doenças contempladas no âmbito do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica.



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

Subsecretaria Jurídica

Núcleo de Assessoria Técnica em Ações de Saúde

comparecendo à Rio Farnes Nova Iguaçu, sito na Av. Governador Roberto Silveira, 206 - Centro/Nova Iguaçu Tel.: (21) 98169- 4917/98175-1921. Horário de atendimento: 08-17h., portando Documentos pessoais: Original e Cópia de Documento de Identidade ou da Certidão de Nascimento, Cópia do CPF, Cópia do Cartão Nacional de Saúde/SUS e Cópia do comprovante de residência e Documentos médicos: Laudo de Solicitação, Avaliação e Autorização de Medicamentos (LME), em 1 via, emitido a menos de 90 dias, Receita Médica em 2 vias, com a prescrição do medicamento feita pelo nome genérico do princípio ativo, emitida a menos de 90 dias (validade de 30 dias para medicamentos sob regime especial de controle – PT SVS/MS 344/98).

É o parecer.

À 3ª Vara Cível da Comarca de Nova Iguaçu do Estado do Rio de Janeiro para conhecer e tomar as providências que entender cabíveis.

LEOPOLDO JOSÉ DE OLIVEIRA NETO

Farmacêutico
CRF-RJ 15023
ID.5003221-6

FLÁVIO AFONSO BADARÓ

Assessor-chefe
CRF-RJ 10.277
ID. 436.475-02